REVISTA DO CREA-ES

Tópicos

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

ANO XII - Nº 57
ABRIL | MAIO | JUNHO - 2011

Impresso Especial
CREA-ES
CORREIOS

DESASTRES ANUNCIADOS

Como o Espírito Santo pode se preparar para evitar desastres naturais.

A CLARO TEM IPHONE 4.

E SE VOCÊ FOR RÁPIDO, VAI TER TAMBÉM.

Claro

Compartilhe cada momento.

Ogilvy

IPHONE 4 16GB
POR
R$ 199,00

No Plano **Sob Medida a partir de R$ 220 +** Pacote de dados ilimitado

iPhone 4
Isso muda tudo. De novo.

- Praia da Costa: Av. Doutor Olivio Lira, 353 - Q113, Piso 1, Praia da Costa, Vila Velha, CEP 29101-950
- Vitória: Av. Américo Buaiz, 200 - Lj 466, Piso 2, Enseada do Suá, Vitória, CEP 29050-902

interfaces

Promoção não cumulativa e intransferível, com restrições, limitada a duas habilitações por CPF, válida para clientes pessoa física que solicitarem a portabilidade para a Claro a partir de 12/5 até 30/6/2011 ou enquanto durarem os estoques, para ativação no Plano Sob Medida indicado. Promoção sujeita a análise de crédito, permanência mínima e multa contratual. Clientes de portabilidade deverão trazer o número da operadora da concorrência e migrar para a Claro. É obrigatória a apresentação de uma conta da operadora doadora paga de até 60 dias a contar do dia da solicitação da portabilidade. A Claro não se responsabiliza pela conclusão da portabilidade, já que quem faz a gestão deste serviço não é a Claro. Mesmo com a portabilidade não concluída, o cliente não se isenta da obrigatoriedade da multa contratual e permanência mínima do plano. O uso dos aplicativos e o acesso à internet são sujeitos a tarifação, consumo do pacote de dados contratado e cobrança de excedente, se houver. Os pacotes de internet ilimitado para iPhone são avulsos e possuem franquia promocional mensal de R$ 126,00, além da mensalidade do Plano Sob Medida. Em caso de inadimplência, o cliente perde definitivamente os benefícios das promoções. Consulte regulamento completo, outras restrições e mais informações em www.claro.com.br ou ligue 1052.

ESPÍRITO SANTO

mec SHOW

Feira da Metalmecânica, Energia e Automação

19 a 22 de Julho de 2011

Pavilhão de Carapina, Serra, ES

Horário: 14h - 21h

Faça já o seu Credenciamento Online:

www.mecshow.com.br

Promoção | Apoio | Apoio Institucional | Realização

INFORMAÇÕES:

isashow@isa-es.org.br
TEL 27 3235-8092

VISITAÇÃO GRATUITA

Indispensável a apresentação de convite

HORÁRIO EXCLUSIVO DE ESTUDANTES

01/09 DE 11H00 À 12H30
Obrigatória inscrição antecipada via site.

SUCESSO EM NEGÓCIOS E VISITAÇÃO!

ISA Espirito Santo Section
SECTION PERFORMANCE AWARDS
WINNER WORLD CLASS
2008, 2009 & 2010

ISA SHOW ES 2011

10º SEMINÁRIO E EXPOSIÇÃO DE INSTRUMENTAÇÃO, SISTEMAS, ELÉTRICA E AUTOMAÇÃO

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E COMPETITIVIDADE

31 DE AGOSTO E 01 DE SETEMBRO

LOCAL: CENTRO DE CONVENÇÕES DE VITÓRIA
Rua Constante Sodré, 157 – Santa Lúcia

www.isa-es.org.br/isashow

Melhore a visibilidade da sua empresa e ocupe o seu lugar nesse mercado.

PATROCÍNIO PLATINA

PATROCÍNIO PRATA

APOIO DE DIVULGAÇÃO

APOIO INSTITUCIONAL

ÓRGÃO OFICIAL DE DIVULGAÇÃO

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO

Promoção L1/L2

Imperdível!

20x

20 parcelas de
R$ 998,00*

Adquira já o seu!

REPRESENTANTES AUTORIZADOS

Distrito Federal
CPE TECNOLOGIA
(61) 3963-7701
cpe.df@cpetecnologia.com.br

Santa Catarina
VETOR SUL
(48) 3241-0593
vetorsul@vetorsul.com.br

Minas Gerais
CPE TECNOLOGIA
(31) 3025-4001
cpe@cpetecnologia.com.br

Rio de Janeiro e Espírito Santo
TOPO RIO
(21) 3415-3076
artur@toporio.com.br

Bahia
GEOMÁTICA APARELHOS TOPOGRÁFICOS
(71) 3345-6789
geomatica@geomaticaltda.com.br
www.geomaticaltda.com.br

São Paulo
J&J IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA
(11) 3805-2022
jjgps@jjgps.com.br
www.jjgps.com.br

Pernambuco
TEOTEC TECNOLOGIA EM GEOINFORMAÇÃO
(81) 3231-7868
teotec@teotec.com.br
www.teotec.com.br

Mato Grosso
GEOGRÁFICA
(65) 3642-4002
contato@geografica.net.br

Rio Grande do Norte
CPE TECNOLOGIA
(84) 3222-9745
cpe.rn@cpetecnologia.com.br

Paraná
DIGITAL MAPAS GPS EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS
(41) 3668-6177
digitalmapas@brturbo.com.br

TECH GEO
www.techgeo.com.br

*A unidade

A PROMOÇÃO QUE VAI VIRAR O MERCADO DE CABEÇA PARA BAIXO!

50 anos
CREA-ES
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Diretoria

Presidente
Eng. Civil e de Seg. Trab. Luis Fiorotti
1º Mandato: 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2008
2º Mandato: 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011
1ª vice-presidente
Téc. em Edificações e Arquiteta e Urbanista Rosimara Pimentel
2º vice-presidente
Eng. Florestal Marcos Vinicius Winckler Caldeira
Diretor Administrativo
Eng. Eletricista e de Seg. Trab. Áureo Buzatto
Diretor Financeiro
Eng. de Minas Antonio Nascimento Gomes
Vice-diretor Administrativo
Eng. Agrônomo e de Seg. Trab. Álvaro João Bridi
Vice-diretor Financeiro
Téc. em Agropecuária Carlos Genis da Silva
Câmaras
Engenharia Civil
Eng. Civil Radegaz Nasser Junior
Engenharia Agronômica
Eng. Florestal Eugenio Jose Agrizzi
Arquitetura
Arquiteto Marco Antônio Cypreste Romanelli
Engenharia Industrial
Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini
Engenharia Elétrica
Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques

Agências
Vitória (27) 3134-0000
Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373
Colatina (27) 3721-0657
Linhares (27) 3264-1781
Vila Velha (27) 3239-3119
São Mateus (27) 3763-5929
Guarapari (27) 3362-3028

Tópicos

Conselho Editorial
Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti
Téc. em Edificações e Arquiteta e Urbanista Rosimara Pimentel
Jornalista Alcione Vazzoler
Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca
Eng. Civil José Márcio Martins

Gerente de Relacionamento
Jornalista Alcione Vazzoler

Reportagem
Manaíra Medeiros
Márcio Scheppa

Equipe de Comunicação do Crea-ES
Camila Soares, Ramon Rômulo de Souza, Rhayan Lemes

Colaboradores
Fernando Abreu (pág. 30)
Eng. Leonardo Andrade de Souza (pág. 24)

Fotos
Secom-ES
Apoena Medeiros
Gustavo Louzada
Antonio Moreira
Equipe de Comunicação do Crea-ES

Foto de capa
Secom-ES

Projeto Gráfico
Ivan Alves (MTb 28/80)

Edição e Editoração Eletrônica
lá! Comunicação

Impressão
Posigraf

Revista do Conselho Regional de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo
Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira
Vitória-ES, CEP 29050-662
Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-1812
email: creaes@creaes.org.br - www.creaes.org.br

Índice

DESASTRES ANUNCIADOS
Como o Espírito Santo pode se preparar para evitar desastres naturais 12

Crea-ES reafirma compromisso com a sociedade ao lançar Carta de Serviços 6

Agenda Prioritária é apresentada ao Governo do Estado 8

Coopttec completa uma década de atuação 9

Inspeção Industrial é destaque no cenário capixaba 10

Prefeito de Vitória conhece ações do Crea-ES rumo ao GesPública 11

Notas 20

1º Seminário de Gestão de Risco Geológico do Estado do Espírito Santo 24

Parceria entre o Crea-ES e o Governo do Estado é ampliada 25

Sinal amarelo para os grandes eventos 26

Entrevista com Procurador Geral do MPEC, Domingos Augusto Taufner 28

Valorização profissional em debate nos 30 anos do Senge-ES 30

Crea-ES reafirma **compromisso** com a sociedade ao lançar Carta de Serviços

Profissionais da área tecnológica, autoridades políticas, convidados e funcionários do Conselho lotaram o auditório da instituição, na manhã do dia 9 de junho, para a solenidade de lançamento da Carta de Serviços do Crea-ES. O evento integra o cronograma de ações rumo ao GesPública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal.

O presidente do Conselho, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti convidou para compor a mesa solene o deputado estadual, Eng. José Esmeraldo; o vereador de Vitória, Eng. Sérgio Magalhães e Souza, o Serjão; a gerente geral em exercício da Caixa Econômica Federal, Eng. Alzenete Leandro Pereira Chaves; o presidente do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo (CRA-ES), Adm. Marcos Félix Loureiro; e o secretário municipal de Administração da PMV e coordenador do Núcleo GesPública no Espírito Santo, Valdir Massucatti.

Após fazer um resgate histórico, desde a década de 1990, das iniciativas do Crea-ES em melhorar a qualidade da prestação de serviços para a sociedade, incluindo a certificação ISO 9001:2008, o presidente Fiorotti ressaltou a importância do trabalho coletivo e agradeceu o empenho.

"Agilizar e oferecer serviços de excelência à sociedade, aos profissionais e empresas da área tecnológica é o nosso foco. Conquistar a certificação GesPública será um avanço neste sentido e o lançamento da Carta de Serviços do Crea-ES é uma das etapas desta caminhada. Trata-se de uma ferramenta interativa que informa aos cidadãos sobre todos os serviços prestados pelo Conselho, como acessar e obter estes serviços e quais são os compromissos e os padrões de atendimento estabelecidos. A sua prática implica em um processo de transformação sustentada em princípios fundamentais - participação e comprometimento, informação e transparência, aprendizagem e participação do cidadão", afirmou Fiorotti.

Entre outras autoridades, estiveram presentes ainda o secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, professor Jadir José Péla; e o vereador do município de Vitória, Eng. Esmael Almeida.

A Carta de Serviços do Crea-ES pode ser acessada em www.creaes.org.br

A Carta de Serviços será um facilitador na interação com o cidadão

"Como engenheiro formado há 37 anos e vereador da cidade de Vitória, hoje eu me sinto orgulhoso em participar do lançamento desta Carta de Serviços. O Crea-ES está dando uma demonstração para todos os setores públicos de como se deve tratar o cliente e de como precisamos nos empenhar para atingir a excelência na oferta de serviços".

Eng. Esmael Almeida
Vereador de Vitória

"O Crea-ES é uma referência nacional. Esta Carta de Serviços é muito importante, pois confirma o nível de comprometimento que o Conselho tem com a sociedade e seus profissionais e empresas. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo está aberta para o Crea-ES e aproveito para convidar o presidente Fiorotti a apresentar esta experiência aos que compõem aquela Casa de Leis".

Eng. José Esmeraldo
Deputado Estadual

"Esta iniciativa é um compromisso que a organização tem com seus serviços prestados perante a sociedade, tornando-os transparente e principalmente controlados. A organização que não possui controle dos seus serviços e nem prazos a cumprir não pode lançar uma Carta de Serviços, primeiro a organização precisa se qualificar, no caso o Crea-ES está altamente qualificado".

Eng. Luiz Carlos Dias Garcia
Consultor para certificação GesPública

"Como Engenheiro é uma honra perceber mais este avanço do Crea-ES. Parabenizo a todos e, em especial, ao presidente Fiorotti. Em Vitória, temos o portal da Transparência que é uma iniciativa importante neste sentido de qualificar a prestação de serviços públicos. A população cobra resultados diante do pagamento de tantos impostos e precisamos nos empenhar para que a contrapartida atenda aos anseios de todos".

Eng. Sérgio Magalhães e Souza, o Serjão
Vereador de Vitória

"A certificação GesPública não acontece para atender a vontade daqueles que estão à frente de uma instituição. Uma ferramenta importante como esta só é implantada com a contribuição e o empenho de pessoas. O Crea-ES está de parabéns por cumprir esta importante etapa".

Valdir Massucatti
Secretário Municipal de Administração da PMV e coordenador do Núcleo GesPública no Espírito Santo

"Como prestadores de serviço público temos que evoluir bastante. O Crea-ES dá um grande passo com a Carta de Serviços e com os trabalhos realizados para conquistar a certificação GesPública. O Conselho Regional de Administração é parceiro do Crea e segue neste mesmo caminho rumo à excelência".

Adm. Marcos Félix Loureiro
Presidente do CRA-ES

Agenda Prioritária é apresentada ao Governo do Estado

Governador recebe a minuta do Projeto de Lei que prevê serviços gratuitos para comunidades de baixa renda

A Agenda Parlamentar Prioritária do Sistema Confea/Crea relaciona os projetos de lei que estão na Câmara e que dizem respeito aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia e áreas afins, foi tema de reunião institucional realizada no Palácio Anchieta, no dia 3 de junho.

O governador, Eng. Florestal Renato Casagrande, recebeu o presidente do Confea, Eng. Marcos Túlio de Melo; o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti; o chefe de Gabinete do Confea, Eng. Eletricista Silvio Roberto Ramos; e o conselheiro do Confea, Arquiteto e Urbanista Anderson Fioreti.

Por ser profissional da Engenharia, o governador Casagrande foi convidado pelo presidente Fiorotti a contribuir com o processo eleitoral a ser realizado este ano pelo Crea-ES. O presidente Marcos Túlio reforçou o convite, solicitando a contribuição do governador também em nível nacional, nas Eleições do Confea. Ambos colocaram as instituições que presidem à disposição do Governo em questões importantes para a sociedade, como as obras inacabadas do aeroporto de Vitória.

Ao final da reunião, Fiorotti aproveitou ainda para entregar ao governador a minuta do Projeto de Lei que prevê acesso gratuito a projetos, acompanhamento e execução de obras para famílias com renda de até três salários mínimos.

"Uma lei estadual como esta permitirá resolver graves problemas no Espírito Santo, como a construção irregular, fora do planejamento e de todos os parâmetros técnicos estabelecidos nas leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, pelos planos diretores e códigos de obras, além da ocupação de áreas de risco", explicou Fiorotti.

O governador agradeceu a parceria e afirmou que o que puder ser feito para fortalecer ainda mais o Sistema Confea/Crea terá seu apoio.

Coopttec completa uma década de atuação

Há 10 anos no mercado, a Coopttec nasceu de um sonho coletivo de profissionais que almejavam estar à frente do próprio negócio. A iniciativa surgiu da primeira turma do curso superior em Tecnologia do Ifes Vitória (antigo Cefetes), de 1999. Após estudos, pesquisas e análises de mercado, a Coopttec foi fundada em 2001 como Cooperativa de Trabalho dos Técnicos Industriais e Tecnólogos do Estado do Espírito Santo.

Inicialmente com 21 cooperados, a Coopttec sempre trabalhou pela valorização profissional e a oferta de atualização qualificada, a fim de que as empresas instaladas no Espírito Santo parassem de buscar profissionais fora do estado. Há dois anos a Coopttec mudou sua razão social para Cooperativa de Trabalho em Tecnologia, Educação e Gestão, ampliando os serviços e treinamentos nessas áreas.

Atualmente, o número de cooperados chegou a 37, distribuídos nos municípios da Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Santa Maria de Jetibá, que prestam serviços, seguindo a visão da empresa, com profissionalismo e responsabilidade.

Os cooperados têm à disposição uma estrutura administrativa completa, que apoia o desenvolvimento e prospecção de novos projetos. Segundo o Tecnólogo Wellington Luiz Pompermayer, presidente da cooperativa, "a capacitação permanente e gratuita para os cooperados e a interação entre as diversas estruturas de atuação ampliam as possibilidades de serviços".

Com o quadro variado de cooperados, entre profissionais experientes e recém-formados, a Coopttec está estruturada em nove Unidades de Negócios, com atuação nas áreas de Meio Ambiente, Sustentabilidade, Agronegócios, Comunicação e Marketing, Gestão de Negócios, Eletro-metalmecânica, Capacitação, Telecomunicações e Organização de Eventos Técnicos.

As trocas de conhecimento agregam valor aos negócios de seus clientes e parceiros. "Em 2010, tivemos 186 clientes pessoas jurídicas, muitos dos quais realizaram mais de um serviço conosco", conta Pompermayer. Além de cursos e palestras, a cooperativa oferta também consultorias, treinamentos e serviços de licenciamento ambiental, implantação de programas de coleta seletiva, assistência técnica e extensão rural para empresas e produtores, organização de eventos técnicos, etc.

A Coopttec possui atualmente 37 cooperados

Números

A Coopttec, que, segundo o presidente, "oportuniza ser dono do seu próprio negócio em um modelo moderno, justo e coletivo", obteve no último triênio, uma média de aumento do faturamento de 38% ao ano.

Com relação aos cursos, os números apresentam um crescimento da participação nessas atividades oferecidas pela cooperativa, como explica o Tecnólogo Wellington: "Em 2010 tivemos quase 700 pessoas participando dos cursos e palestras ofertados. A média dos últimos cinco anos é de 563 participantes nos eventos".

Os cursos de capacitação profissional são abertos à participação de todos os interessados e são gratuitos apenas para os cooperados. Há também a oferta de cursos a distância e a disponibilização de materiais e vídeos exclusivos para os participantes dos cursos no site www.coopttec.coop.br.

Outros projetos da Coopttec que merecem destaque são o viveiro de mudas e o Parque Tecnológico Ambiental no sítio da cooperativa em Cariacica-Sede, além da implantação futura de uma Usina de Reciclagem dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD) dentro da Central de Tratamento de Resíduos da Marca Ambiental, em Cariacica.

Inspeção industrial é destaque no cenário capixaba

Instituições de ensino e empresas capixabas têm como um dos principais desafios a formação de profissionais qualificados para atender as demandas surgidas com o desenvolvimento econômico do Espírito Santo. A importação de mão de obra está entre as opções que o poder público local quer evitar, de acordo com o Plano Estratégico 2011-2014 "Novos Caminhos", elaborado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, que prevê investimentos importantes na área de ciência e tecnologia.

Outro documento que comprova a expansão de oportunidades no estado é o relatório sobre a consolidação da produção industrial brasileira ao longo de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nele, o Espírito Santo aparece em primeiro lugar com índice de 22,3%, o dobro da média nacional que foi de 10,5%.

"Com o crescimento da produção industrial a demanda por profissionais qualificados também aumenta. Na área de inspeção industrial, por exemplo, muitos profissionais que atuam aqui são trazidos de outros estados", explica o colaborador da Coopttec-ES e supervisor de inspeção industrial numa grande empresa da área de petróleo, Tecnólogo em Metalurgia e Materiais Fernando Carlos de Oliveira Assunção.

A área de inspeção industrial, citada pelo Tecnólogo Fernando, requer o trabalho de técnicos, tecnólogos e engenheiros, principalmente das modalidades de automação, eletricidade, eletroeletrônica, eletromecânica, eletrônica, eletrotécnica, instrumentação, mecânica, mecatrônica, metalurgia, soldagem e química. E envolve atividades como o acompanhamento e o registro das condições físicas de equipamentos como caldeiras e tubulações; realização de ensaios mecânicos; assessoria técnica em serviços de engenharia especializada; fabricação, soldagem, pintura, isolamento térmico e manutenção de sistemas.

"A principal dica para atuar no setor é se antecipar aos investimentos que ocorrerão no Espírito Santo nos próximos anos e se qualificar na área pretendida para estar apto a entrar neste seleto mercado", orienta o diretor da Coopttec-ES, Wagner Barbosa Gomes.

O crescimento econômico capixaba demandará por profissionais especializados em inspeção industrial

Indústrias

As indústrias que mais contratam profissionais para atuar na área de inspeção são as de petróleo e gás, energia, siderurgia, mineração, papel e celulose, metalmecânica, saneamento básico, química e petroquímica e demais segmentos do mercado que possuem vasos de pressão e caldeiras de sua propriedade como hotéis, cozinhas industriais, borracharias, clubes etc.
[Fonte: Coopttec]

Prefeito de Vitória conhece ações do Crea-ES rumo ao GesPública

O prefeito de Vitória recebeu um grupo de representantes do Crea-ES para apresentação do programa GesPública

O prefeito de Vitória, João Coser, recebeu no dia 22 de junho, no salão nobre da PMV, o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, para uma reunião institucional. Na pauta as ações desenvolvidas pelo Conselho rumo à certificação Gespública (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal.

"Estamos na reta final da certificação GesPública. No dia 9 de junho realizamos a solenidade de lançamento da Carta de Serviços do Crea-ES e contamos com a presença do secretário municipal de Administração da PMV e coordenador do Núcleo GesPública no Espírito Santo, Valdir Massucatti, que muito nos honrou. O evento integra o cronograma de atividades rumo à certificação", explicou Fiorotti.

Coser elogiou a iniciativa. "Ao inovar, o Crea-ES incentiva outras instituições públicas a melhorarem seus serviços", disse o prefeito.

Em consonância com iniciativas da PMV, o presidente Fiorotti aproveitou a oportunidade para citar o projeto do Crea-ES em parceria com a FEST (Fundação Espírito-santense de Tecnologia) que prevê a oferta de sinal gratuito de internet em determinada região da capital. "Esta nuvem digital estaria disponível para os profissionais da área tecnológica e abrangeria espaços importantes como órgãos públicos e instituições de ensino", resumiu.

O prefeito também citou o Vitória Digital que já está implantado em vários pontos da capital, principalmente em locais em que o entorno habitam parte da população de baixa renda da cidade. "Temos também telecentros que atendem a comunidade e microempresários. O acesso é livre e esta tecnologia futuramente poderá ser utilizada em outros setores como a saúde e o trânsito", complementou Coser.

Uma reunião envolvendo as secretarias responsáveis pelo Vitória Digital e representantes do Crea-ES deve ser agendada para que seja verificada a possibilidade de parceria.

Participaram também da reunião a vice-presidente do Crea-ES, Téc. em Edificações Rosimara Pimentel; o presidente da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE), Eng. Civil José Maria Cola dos Santos; o presidente da Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agônomos, Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira; o presidente da Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo (Aefes), Eng. Florestal Eugenio José Agrizzi; o presidente do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Espírito Santo (Ibape-ES), Eng. Civil José Lemos Sobrinho; e o diretor do Ifes - Campus Guarapari, Téc. em Mecânica Ronaldo Neves Cruz.

Ao final da reunião, o prefeito João Coser recebeu uma placa e uma medalha alusivas aos 50 anos do Crea-ES.

DESASTRES ANUNCIADOS

Como o Espírito Santo pode se **preparar** para evitar desastres naturais

Secas,vendavais, incêndios florestais, deslizamentos de terra, enxurradas, tempestades de granizo e alagamentos estão cada dia mais presentes nos noticiários brasileiros. No Espírito Santo, o Crea-ES realizará estudos e projetos que poderão contribuir para evitar novos desastres naturais

Nos últimos anos, o número de brasileiros afetados por inundações, secas, vendavais e temperaturas extremas aumentou consideravelmente, resultando em danos humanos, materiais e ambientais de grandes proporções. Em locais vulneráveis, as combinações entre chuvas intensas, ação das marés, crescimento desordenado e adversidades climáticas ganham muitas vezes contornos de tragédia. O Espírito Santo não foge à regra.

Dados da Defesa Civil apontam que, somente em março deste ano, os temporais afetaram 153.478 pessoas em 22 municípios capixabas. As ocorrências de início do ano haviam deixado rastros ainda piores: cinco mortes e 531.862 pessoas prejudicadas, em 32 cidades. Muitos municípios decretaram situação de emergência e ainda se recuperam dos estragos.

No Espírito Santo, os eventos naturais desencadeadores de desastres são, em sua maioria, as enxurradas, enchentes, deslizamentos e inundações bruscas. Mas processos erosivos, estiagem e chuvas de granizo também entram nas estatísticas da Defesa Civil.

O cenário inclui alagamentos de casas e ruas, deslizamento de encostas, interdição de estradas e rodovias, queda de pontes e entupimentos de bueiros. Os locais onde normalmente ocorrem são áreas ambientalmente frágeis, como encostas íngremes, rios, vales e mangues ocupados de forma precária, agravadas pela ocorrência de desmatamento, destinação imprópria do lixo e alterações climáticas desfavoráveis.

tel. 3555-0757
BAZAR
Vitória
qualquer
peça 1,99
DISK GÁS RÁPIDO
3555-0757

As consequências são prejuízos econômicos e sociais, como danos a edificações e famílias desabrigadas e desalojadas. Em março deste ano, esses números chegaram à marca de 8.269 construções, 335 desabrigados e 3.494 desalojados. Já no início do ano foram, respectivamente, 10.560 edificações, 766 desabrigados e 15.956 desalojados.

Como agravante, há o fato de o Estado ainda concentrar muitas áreas de risco. Atualmente, 22 municípios capixabas encontram-se em decreto de situação de emergência, quando as prefeituras precisam recorrer ao Estado e ao Governo Federal para conter os impactos provocados por desastres naturais. São eles: Afonso Cláudio, Alegre, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Governador Lindenberg, Guaçui, Itaguaçu, Itapemirim, Jaguaré, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Marechal Floriano, Muniz Freire, São Gabriel da Palha, São José do Calçado, Vargem Alta e Viana.

Em 2010, 31 cidades tiveram reconhecidas legalmente as ocorrências de situações de anormalidade. O decreto é prorrogável a cada noventa dias.

O geólogo Alessandro Silva de Oliveira, que integra a diretoria da Associação de Geólogos do Espírito Santo, explica que os deslizamentos são processos naturais registrados em vários lugares do País, inclusive desabitados e intactos. Entretanto, a antropização – processo de transformação por ação humana – aumenta a probabilidade de ocorrências.

Segundo ele, quando chove muito por unidade curta de tempo, diminui a probabilidade de a água evaporar, ficando retida na vegetação e no solo. Isso interfere na coesão entre os elementos, desencadeando o desastre. "A realização de cortes e aterros em áreas íngremes, ao antropizar, também muda a retenção da água. Assim, altera-se o peso e desestabiliza a camada existente embaixo do solo", pontuou.

Ele ressalta que muitos fatores precisam ser considerados, entre eles, a declividade do terreno e o coeficiente de atrito entre as massas envolvidas, a drenagem adequada da superfície e o escoamento do esgoto pluvial. Já a vegetação, de acordo com Alessandro, evita que água da chuva se choque diretamente com o solo. Mas a sustentação de toda a massa já envolve outros pontos que não somente ter ou não vegetação.

"Dependendo, as árvores podem até piorar a situação, devido à interferência de seu peso. Há inclusive autores que defendem o corte de árvores, não em áreas de preservação permanente, mas em locais já habitados", explica.

Para Alessandro, as características do Espírito Santo não são tão graves como a do Rio de Janeiro, estado que protagonizou o maior desastre do País em janeiro deste ano, quando enchentes e deslizamentos de terras atingiram a região serrana, contabilizando 916 mortes, 345 desaparecidos e 35 mil desalojados e desabrigados. "A região serrana capixaba, onde o relevo é acentuado, não é habitada por grandes populações", comparou. Na Grande Vitória, o geólogo alerta para as ocupações urbanas.

Geólogo Alessandro Oliveira

Como recomendação, Alessandro orienta evitar ocupação em áreas de risco e atenta para sinais de anormalidade como rachaduras no solo e chão, janelas e portas que não fecham mais, árvores inclinadas e erosões. Em qualquer suspeita, comunicar imediatamente a Defesa Civil, prefeituras ou Corpo de Bombeiros e abandonar a residência o mais rápido possível.

Ele pontua a importância do planejamento com foco nas áreas de risco e nos locais onde já foram registrados deslizamentos, para evitar novas ocorrências. O que deve ser feito por profissionais especializados - geólogos ou engenheiros geotécnicos -, indicando onde são aconselháveis construções de habitações, avenidas e parques e quais locais têm que ser evitados. "O planejamento urbano é o instrumento que pode orientar os governantes sobre as políticas públicas a serem tomadas, com direcionamento técnico", frisou.

Fotos: Secom

Alessandro informa, porém, que ainda há pouco conhecimento sobre a Geologia no País. O Espírito Santo não tem relatório específico da área, nem um órgão estadual que trate destes temas, já existentes em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Da mesma maneira, também não tem uma sede do Serviço Geológico Brasileiro. A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) ainda está formando a primeira turma na área.

O quadro faz com que as medidas sejam tomadas com base em uma visão fragmentada, sem consulta aos profissionais da Geologia. O que muitas vezes distorce o fato para um discurso ecológico às questões que envolvem os desastres naturais, em contraponto a um relatório geotécnico. "Não que os geólogos sejam contrários à preservação e não se preocupem com o aquecimento global e o aumento do desmatamento. Mas as ocorrências são resultados de processos mais complexos, que ocorrem embaixo da terra", completou.

Reestruturação da Defesa Civil

O coordenador da Defesa Civil do Estado, Coronel BM Edmilton Ribeiro Aguiar Junior, afirma que o Espírito Santo apresenta um cenário preocupante, considerando o passivo histórico de construções em margens de importantes rios ou nas íngremes encostas das montanhas. No período de outubro a março, registram-se com frequência desastres relacionados a chuvas, como as enchentes, as enxurradas e os deslizamentos. Já de junho a setembro, os principais problemas são relacionados à estiagem.

Para minimizar as ocorrências e definir soluções, ele aponta a necessidade de concentrar esforços em diversos segmentos da sociedade e em distintas áreas de conhecimento, que possibilitem apresentar e aplicar medidas de redução ou eliminação dos riscos, assim como evitar o surgimento de novas áreas problemáticas. O que deve ser feito por mapeamentos e projetos de captação de recursos.

Segundo o Coronel BM Edmilton, a maioria dos municípios do Estado ainda não estruturou suas defesas civis. Esta realidade impede que sejam desenvolvidos trabalhos essenciais de prevenção.

No Estado, 12 municípios contam com uma Defesa Civil minimamente estruturada, sendo que apenas Vitória, Serra, Bom Jesus do Norte e Cachoeiro de Itapemirim contam com efetivo próprio, viaturas e equipamentos, além de reserva de material de assistência humanitária. Vila Velha, Viana, Cariacica, Fundão, Aracruz, Anchieta, Castelo e Santa Maria de Jetibá também possuem pessoal e equipamentos, porém, em número bem menor.

Em questionário aplicado pela Defesa Civil Estadual, 48 cidades capixabas afirmaram ter a documentação necessária para implementar seu órgão municipal e 16 já ter sua defesa municipal. Mas, este ano, somente a prefeitura de Bom Jesus do Norte contratou funcionário efetivo, como aponta o coordenador, informando que a Defesa Estadual checa as informações contidas nos documentos visitando cada cidade.

"As defesas municipais são mais próximas aos moradores e permitem respostas rápidas em casos de eventos extremos. Estruturadas, podem implantar seus planos de contingência, formar voluntários e treinar líderes comunitários, para executar ações como a emissão de alertas – por sirene, sinos de igreja, torpedos, carros de som, limpeza de bueiros e campanhas escolares, difundindo informações precisas e necessárias para proteger a população", afirmou o Coronel BM.

Sem uma defesa municipal estruturada, as prefeituras perdem auxílio externo do Estado e, principalmente, federal, por não conhecerem as legislações que norteiam as atividades, descumprindo prazos e formas de atuação em situações de emergência. O que prejudica as comunidades afetadas por desastres.

O Coronel BM Edmilton informou que a Defesa Civil do Estado tem projeto com a Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb-ES) de investir R$ 5 milhões em 17 municípios capixabas. Após as calamidades de 2010, o governo federal disponibilizou R$ 22 milhões aos municípios atingidos pelas enchentes.

Coronel BM Edmilton Ribeiro , coordenador da Defesa Civil do ES

Ações em diversos níveis de interlocução

Prevenção de desastres naturais foi tema de reunião com o governador

O governo Renato Casagrande estuda a implantação do sistema de mapeamento das áreas de risco e o plano de emergência em caso de eventos naturais, agora em análise no Brasil. Para isso, criou o Comitê de Emergências Climáticas, que trabalha a elaboração de um Plano Estadual de Contingência para Resposta e Prevenção a Eventos Hídricos Extremos.

O Estado avalia a proposta de integrar a rede de 24 radares meteorológicos espalhados pelo País, que auxiliam na antecipação de desastres causados pelas chuvas, principalmente nos casos que não podem ser antevistos pelos satélites ou pelos equipamentos mais comuns, como os pluviômetros. O funcionamento da proposta inicial deverá ter início em outubro deste ano, antes do início do período de chuva. O começo dos trabalhos será em municípios que já possuam mapeamento de riscos.

Também foi ativado o Plano Estadual de Contingência para Desastres, para oferecer auxílio rápido e eficaz em situações de emergência.

Para suprir a deficiência dos municípios em criarem suas defesas civis, o deputado estadual Glauber Coelho protocolou Projeto de Lei na Assembleia Legislativa que dispõe sobre a obrigatoriedade dos municípios criarem um órgão responsável pela proteção dos moradores em casos de desastres. A matéria determina a prevenção, preparação e socorro às vítimas, além de garantias de segurança à população que vive em situações de perigo e riscos antes e depois do desastre.

Em sua justificativa, o deputado afirma que mais do que oferecer condições para que cada prefeitura atue de maneira responsável na prevenção de desastres, o projeto de lei visa a manter uma memória nas defesas civis municipais.

"Ao término dos mandatos, na maioria das vezes os funcionários lotados, quer seja em cargos comissionados ou funcionários efetivos à disposição, são exonerados ou

Dep. Estadual Glauber Coelho

retornam aos seus cargos de origem, perdendo toda a capacitação ministrada pela Coordenação Estadual de Defesa Civil, e consequentemente, todo um trabalho e experiência adquirida naquele período", afirmou o deputado.

Caso seja aprovado o Projeto de Lei, os municípios do Estado terão prazo de seis meses para criação e implantação de um órgão municipal de defesa civil, que promova ações preventivas e eficazes no atendimento aos atingidos. Aqueles que não o fizerem, estarão impedidos de receber recursos por parte do Estado, em caso de decretos de situação de anormalidades.

Caberá a cada prefeitura criar condições para realização de mapeamento de áreas de risco e campanhas educativas para alertar e conscientizar as comunidades sobre as ações de defesa civil, desassoreamento de rios, preservação das matas ciliares, limpeza de esgotos e bueiros e contenção de encostas.

Além disso, confecção de plano de contingência, manutenção de uma equipe treinada para socorro às ações da defesa civil, instalação de sistema de alerta e alarme, fomentar a criação de Núcleos de Defesa Civil (NUDECs), com a capacitação de voluntários, dispor de mecanimos para ajuda humanitária, manter o registro atualizado dos dados de desastres ocorridos e articular medidas de preparação junto aos órgãos públicos, privados e sociedade.

Após o desastre, as ações serão consideradas Reconstrução Preventiva e terão o objetivo de recuperar os danos físicos, sociais e econômicos do município. Em período de normalidade, o órgão municipal deverá atuar de forma eficaz desenvolvendo ações de prevenção e preparação. O órgão também deverá disponibilizar à sociedade um número de emergência, que opere durante 24 horas.

As Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (Comdec) terão as suas ações integradas às da Coordenação Estadual de Defesa Civil (Cedec). De acordo com a matéria, poderão as prefeituras criarem os cargos de provimento em comissão, assim como utilizarem servidores efetivos do executivo municipal.

Esses deverão atender às funções de coordenadoria, área técnica, área operativa e de secretaria, e serão funcionários lotados de forma exclusiva. Cada município deverá ainda possuir dois agentes municipais de defesa civil, nomeados por concurso público.

Os municípios deverão ainda designar um Conselho Municipal, que atuará sem remuneração e com caráter consultivo, composto

por representantes da Câmara de Vereadores, do Poder Judiciário, de secretarias municipais e de entidades da sociedade civil organizada.

Estruturar a defesa civil municipal significa ter sede própria com equipamentos e materiais necessários, meio de transporte próprio e caracterizado, uniforme de identificação e previsão orçamentária própria. O Poder Executivo Estadual fica autorizado a celebrar convênios com os municípios no sentido de auxiliar a criação e implantação dos órgãos.

Crea-ES fará estudos e projetos

Para prevenir e minimizar os problemas ocasionados por desastres naturais, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) contribuirá com estudos e projetos voltados à prevenção de riscos e à recomposição da infraestrutura municipal, com o propósito de aumentar a segurança e o conforto da população.

A iniciativa será possível devido à aprovação pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) de linha de crédito para este ano que concede auxílio financeiro aos Regionais onde hajam Municípios acometidos por situação de emergência. O primeiro município a ser contemplado será Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Estado.

Segundo o presidente do Conselho, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, com a possibilidade de auxiliar os municípios afetados pelas intempéries naturais, o Crea-ES elaborou um projeto de captação e participou de eventos sobre o tema no País, como o "Seminário Desastres Naturais – Técnicas de Prevenção", realizado em Recife, Pernambuco, com participação do Centro Cultural Brasil – Alemanha e Institute of Hydraulic Engineering and Technical Hydromechanics da Technical University of Dresden.

O objetivo é propiciar assistência técnica às áreas atingidas e elaborar estudos para auxiliar na análise e proposição de soluções para os problemas que ocasionaram o quadro de emergência. Com o apoio técnico do Conselho, os municípios terão condições de atuarem de forma preventiva e poderão implantar políticas públicas de gerenciamento de riscos para os locais analisados, além de orientar nas prioridades de alocação de recursos e medidas corretivas.

"Os profissionais da área tecnológica indicarão ações para conter as cheias de rios, deslizamento de encostas e desmatamentos, dotando as cidades de mecanismos para gerenciamento de riscos", enumerou Fiorotti. Isso será possível com a disponibilização de uma equipe de assistência técnica multidisciplinar, composta por profissionais e estudantes do Sistema Confea/Crea, cujo trabalho servirá de base para o desenvolvimento e implantação dos planos diretores destas cidades.

O presidente entende que os desastres têm relação direta com a ausência de planejamento e de uma efetiva engenharia pública que garanta às populações mais carentes o acesso a serviços de infraestrutura com qualidade técnica assegurada.

"É notório o desaparelhamento técnico e o vazio tecnológico nos municípios, bem como a falta de gestão adequada na execução de obras e implementação de políticas públicas, apesar da capacidade de meteorologistas e outros especialistas nos investimentos em previsão e monitoramento", destacou.

Para Fiorotti, a contribuição do Crea-ES com estudos e projetos será importante para auxiliar as prefeituras no momento da captação de recursos e na contratação de empresas, profissionais e serviços da área tecnológica.

Fotos: Secom

Fiorotti lembra ainda que o Estatuto das Cidades, em vigência há mais de 10 anos, impõe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de planos diretores a todas as cidades com população superior a 20 mil habitantes e recomenda o mesmo para aquelas que têm número de moradores inferior, para que definam os locais adequados à fixação de moradia para a população. Portanto, para ele, é inadmissível a alegação por parte de qualquer autoridade local de desconhecimento do fato de que inúmeras famílias residem precariamente no Espírito Santo, em áreas de risco, sujeitas às intempéries.

A manutenção do atual modelo de crescimento e ocupação urbana, alerta o presidente do Conselho, resultará em eventos extremos de ainda maior gravidade.

"O Projeto de Assistência Técnica para os Municípios Capixabas em Situação de Emergência" será executado em seis meses, em ação integrada com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Governo do Estado. O documento já foi tema de encontros com o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Casteglione, que manifestou grande expectativa no desenvolvimento dos trabalhos.

O município decretou situação de emergência após as chuvas de março deste ano, quando os moradores foram atingidos por enchentes e inundações graduais, decorrentes do aumento do nível dos rios e córregos, que geraram prejuízos às áreas urbana e rural. Na ocasião, foram registrados 32 deslizamentos, seis pontes danificadas e 1.3 quilômetros de estradas destruídas. Uma criança de 3 anos chegou a ser soterrada, mas foi salva com vida pelo pai. O balanço total foi de 1.800 pessoas afetadas, 500 desalojados e 40 desabrigados, além de 302 edificações comprometidas.

Em ofício encaminhado ao presidente Fiorotti, Casteglione aponta que o excesso de águas pluviais geraram graves conseqüências a bairros e obras de arte fundamentais à infraestrutura urbana. Dentre os principais efeitos das ações climáticas danosas, destacou o agravamento dos problemas estruturais da Ponte de Pedestres – Passarela Governador Bley, de um conjunto habitacional composto por 34 casas no Bairro Vila Esperança e de 145 muros com projetos básicos planilhados localizados em áreas de risco que, segundo o prefeito, carecem de imediata intervenção no sentido de restabelecer as condições de habitabilidade e salubridade humana.

"Consciente da habitual preocupação e zelo do Crea-ES com os municípios do Estado, vimos solícito apoio técnico na elaboração de estudos e trabalhos de diagnóstico, que possam orientar tecnicamente o Poder Público Municipal na adoção de medidas preventivas acauteladoras, com o propósito de reduzir e mitigar os efeitos de futuras ações climáticas", enfatizou Casteglione no documento.

O Confea defende a implementação nas cidades brasileiras de um planejamento estratégico integrado entre as diferentes áreas do conhecimento; a implantação de planos para o gerenciamento e prevenção nas áreas de riscos, ambientalmente degradadas; formação de equipes técnicas qualificadas, que informem a localização e o grau para cada situação, complementadas por sistemas de alerta, da retirada provisória da população e de atendimento emergencial, de forma a acabar com a vulnerabilidade das famílias. Além disso, o controle geotécnico das encostas e a fiscalização eficiente da ocupação do solo e o monitoramento e contenção de cheias e encostas e de serviços integrados de meteorologia.

Carlos Castiglione, Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim

Fiorotti também participou de reuniões com secretários de Estado e com o governador Renato Casagrande para que a iniciativa seja ampliada para outros municípios capixabas.

A necessidade de estruturar os municípios para que cada um exerça seu papel na gestão urbana vai ao encontro ao relatório divulgado este mês pelo Banco Mundial. O documento aponta que são os prefeitos que podem trabalhar efetivamente para a redução das áreas de riscos nas cidades e fazer aporte de recursos para dar suporte à população que vive em locais inadequados.

O estudo apontou que 1 bilhão de pessoas vivem em áreas consideradas de risco no mundo. São pessoas que moram em favelas, nas encostas de morros ou em locais suscetíveis a inundações de metrópoles mundiais, portanto, mais vulneráveis aos desastres naturais e aos efeitos do aquecimento global.

Fotos: Secom

Principais desastres causados por eventos naturais

Raios e tempestades: Tempestades são caracterizadas por raios e trovões. São produzidas por nuvens de tempestade.

Recomendações: na rua, evite lugares que ofereçam pouca ou nenhuma proteção contra raios, tais como: pequenas construções não protegidas como celeiros, tendas ou barracos ou veículos sem capota como tratores, motocicletas ou bicicletas; evite estacionar próximo a árvores ou linhas de energia elétrica; evite estruturas altas tais como torres, de linhas telefônicas e de energia elétrica; alguns lugares são extremamente perigosos durante uma tempestade, por isso, não permaneça em áreas abertas como campos de futebol, quadras de tênis e estacionamentos; não fique no alto de morros ou no topo de prédios; não se aproxime de cercas de arame, varais metálicos, linhas aéreas e trilhos, e nunca se abrigue debaixo de árvores isoladas. Em casa, não use telefone (o sem fio pode ser usado); não fique próximo a tomadas, canos, janelas e portas metálicas, e não toque em equipamentos elétricos que estejam ligados à rede elétrica.

Deslizamentos: Fenômeno provocado pelo escorregamento de materiais sólidos, como solos, rochas, vegetação e/ou material de construção ao longo de terrenos inclinados, denominados de "encostas", "pendentes" ou "escarpas". Vêm ocorrendo com uma frequência alarmante nestes últimos anos, devido ao crescimento desordenado das cidades, com a ocupação de novas áreas de risco, principalmente pela população mais carente.

Recomendação: Em qualquer sinal de fendas, depressões no terreno, rachaduras nas paredes das casas, inclinação de tronco de árvores, de postes e o surgimento de minas d'água, avise imediatamente à Defesa Civil, aos vizinhos sobre o perigo, no caso de casas construídas em áreas de risco e, imediatamente ao Corpo de Bombeiros. Convença as pessoas que moram nas áreas de risco a saírem de casa durante as chuvas;

Vendavais: Perturbações marcantes no estado normal da atmosfera. Deslocamento violento de uma massa de ar, de uma área de alta pressão para outra de baixa pressão. Normalmente são acompanhados de precipitações hídricas intensas e concentradas, que caracterizam as tempestades.

Recomendações: Em casos de vendaval, revise a resistência de sua casa, principalmente o madeiramento de apoio do telhado; desligue os aparelhos elétricos e o gás e abaixe para o piso todos os objetos que possam cair.

Inundações: No Brasil, muitas pessoas morrem anualmente pelas inundações. Outras perdem todo o patrimônio familiar alcançado com muitos anos de trabalho e esforço. É comum a combinação dos dois fenômenos - enxurrada e alagamento - em áreas urbanas acidentadas.

Em cidades litorâneas, que se desenvolvem em cotas baixas, a coincidência de marés altas contribui para agravar o problema. Os alagamentos das cidades normalmente provocam danos materiais e humanos mais intensos que os das enxurradas.

Recomendações: Não deixe crianças trancadas em casa sozinhas; mantenha sempre pronta água potável, roupa e remédios, caso tenha que sair rápido da sua casa; conheça o Centro de Saúde mais próximo da sua casa, pode ser necessário; avise aos seus vizinhos sobre o perigo, no caso de casas construídas em áreas de risco de deslizamento. Avise, também, imediatamente ao Corpo de Bombeiros e à Defesa Civil e convença as pessoas que moram nas áreas de risco a saírem de casa durante as chuvas.

Granizo: Precipitação sólida de grânulos de gelo, transparentes ou translúcidos, de forma esférica ou irregular, raramente cônica, de diâmetro igual ou superior a 5 mm.

Recomendações: abrigar-se da chuva torrencial que poderá acompanhar o granizo e causar inundações; não abrigar-se debaixo de árvores, pois há riscos de quedas; não abrigar-se em frágeis coberturas metálicas; não estacionar veículos próximos a torres de transmissão e placas de propaganda, pois estas estarão sob influência de ventos fortes. Evite engarrafamentos em ruas e avenidas que foram afetadas pela chuva de granizo.

Incêndios Florestais: a propagação do fogo, em áreas florestais e de savana (cerrados e caatingas), normalmente ocorre com frequência e intensidade nos períodos de estiagem e está intrinsecamente relacionada com a redução da umidade ambiental. Os incêndios podem iniciar-se de forma espontânea ou ser consequência de ações e/ou omissões humanas, mas mesmo nesse último caso, os fatores climatológicos e ambientais são decisivos para incrementá-los, facilitando sua propagação e dificultando seu controle.

Recomendações: não realize queimadas sem autorização dos órgãos competentes e nunca tente combater um incêndio sozinho. Avise imediatamente ao Corpo de Bombeiros, Defesa Civil ou Polícia.

Abemec-ES realiza congresso em paralelo à Mec Show

A Seção Espírito Santo da Associação Brasileira de Engenheiros Mecânicos, Metalúrgicos e Industriais (Abemec-ES) realiza nos dias 19 e 20 de julho o I Congresso Espiritossantense de Engenharia Mecânica, Metalúrgica e Industrial (Cesemmi). O evento integrará a programação da Mec Show, no Pavilhão de Exposições de Carapina.

Com o tema "Mudança de paradigma consequente do conhecimento, da C&T e da Inovação Tecnológica", a programação do Cesemmi contará com palestra do gerente de Inteligência e Tecnologia da Embraer, Luciano José Pedrote, no dia 20 de julho, às 19h. "Cabe ressaltar que a Embraer está entre as três maiores indústrias de produção de aeronaves do mundo, com um know how técnico-científico comparado aos de países detentores de alta tecnologia, sendo motivo de orgulho para os brasileiros", disse o Eng. Mecânico Aristóteles Alves Lyrio, presidente da Abemec-ES.

A programação completa está disponível em www.abemec-es.org.br. Entre os apoiadores do evento estão a Fenemi, Crea-ES, Milanez&Milaneze, Sindifer, Cedemec e a UCL - Ensino Superior.

Parceria fortalecida com o Conselho Regional de Administração

Marcos Félix reiterou a parceria para padronização de procedimentos

No dia 9 de junho, durante a solenidade de lançamento da Carta de Serviços do Crea-ES, foi assinado um protocolo de intenções entre o Crea-ES e o Conselho Regional de Administração do Espírito Santo (CRA-ES).

"O objetivo é estabelecer um programa de cooperação técnica envolvendo aspectos como a padronização dos procedimentos de fiscalização do código de ética para alcançar a excelência nos processos; apontamento de estratégias preventivas das consequências do risco da desregulamentação das profissões no Brasil; definição dos limites da competência de atuação dos profissionais e das empresas prestadoras de serviços em atividades que envolvam as profissões regulamentadas abrangidas por ambos Conselhos; intercâmbio de informações administrativas e de controle que possam ser úteis às atividades de cada instituição; além da promoção de eventos de interesse comum", resumiu o presidente do CRA-ES, Adm. Marcos Félix Loureiro.

Incrições abertas para o IV Elecs

Nos dias 7, 8 e 9 de setembro de 2011, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) sediará o IV Encontro Latino-americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, o ELECS 2011. O questionamento "O que é, de fato, sustentável?" será o tema principal do evento que pretende reunir de 600 a 1000 participantes, entre engenheiros, arquitetos, profissionais vinculados à construção civil em geral, agrônomos bem como pessoas vinculadas às áreas de arte e cultura e ciências sociais.

O ELECS 2011 é uma realização conjunta entre o Laboratório de Planejamento e Projetos da Ufes; e os Programas de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo e o de Engenharia Civil da Ufes.

Informações detalhadas em: www.elecs2011.com.br

Gestão do Crea ganha Prêmio Líder Empresarial do Espírito Santo 2011

No último dia 10 de junho encerrou-se o processo de votação na internet que serviu para eleger as lideranças capixabas em vários segmentos. Trata-se da 11ª edição do Prêmio Líder Empresarial do Espírito Santo 2011, em que o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti sagrou-se campeão na categoria "Líder Sindicato / Federação / Conselho".

Realizado pela Rede Vitória de Comunicação, o prêmio contou com 31 categorias que envolvem profissionais, formadores de opinião e a sociedade em geral. "A conquista do prêmio reflete um esforço coletivo empreendido nos últimos cinco anos, em que o trabalho realizado foi pautado na eficiência e eficácia de um planejamento estratégico. Portanto, estão de parabéns os profissionais e empresas da área tecnológica, conselheiros, diretoria, funcionários, parceiros e colaboradores do Crea-ES, pois essa premiação é compartilhada com todos esses atores. Por fim, agradeço a Rede Vitória pelo trabalho realizado em sua 11ª edição de forma profissional e competente", comemorou Fiorotti.

Acesse www.folhavitoria.com.br para conferir os vencedores das demais categorias.

Crea-ES fecha parceria com Caixa e Banestes

No dia 9 de junho, foi assinado um convênio e um acordo de cooperação entre o Crea-ES e a Caixa Econômica Federal. O acordo de cooperação tem por objetivo estabelecer condições especiais na concessão pela Caixa de Crédito Imobiliário, em favor dos funcionários do Crea-ES. Já o convênio visa a prestação de apoio creditício aos profissionais registrados no Crea-ES, através de financiamento de forma livre.

"A Caixa é o principal órgão das políticas públicas do Governo Federal. Sabemos que incentivando o crédito nós também contribuímos para o desenvolvimento da economia. Os profissionais abrangidos pelo Crea e a Caixa tem toda a vocação para ajudar a construir este País. Entre os Creas do Brasil, o do Espírito Santo é um dos pioneiros neste tipo de parceria com a Caixa", afirmou a gerente em exercício, Eng. Alzenete Pereira.

Convênio com a Caixa oferece aos profissionais financiamentos de forma livre

Banestes

Dois dias antes (7/6) foi assinado um acordo de cooperação entre o Crea-ES e o Banco do Estado do Espírito Santo - Banestes S/A. O documento trata da concessão de crédito imobiliário para financiamento de imóveis residenciais urbanos aos profissionais registrados no Conselho e também para os funcionários, inclusive os já aposentados.

Além do presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, assinaram o acordo de cooperação o diretor comercial e o gerente geral do banco, respectivamente, José Antônio Bof Buffon e José Cézar Dadalto, além do superintendente do Banestes, João Carlos Bussolar.

"Crédito e parceria são coisas que andam juntas. Assim, todo mundo ganha. Vamos oferecer aos associados e aos empregados do Crea-ES o crédito imobiliário Banestes com taxas de juros diferenciadas", afirma Buffon.

"O Banestes é a mais importante instituição financeira capixaba. Para o Crea-ES é um orgulho poder ampliar esta parceria com um banco marcado pela lisura, seriedade e comprometimento com a sociedade capixaba. Com o convênio assinado e com o acordo que vislumbramos será possível oferecer financiamentos em condições bastante vantajosas para os profissionais da engenharia, arquitetura, agronomia e áreas afins. O benefício é extensivo ainda ao funcionários do Crea-ES, inclusive aos já aposentados", comemora Fiorotti.

Banestes: taxas diferenciadas

ART e exorbitância de atribuições profissionais

Conforme determina a Lei nº 5.194, de 24 de Dezembro de 1966, que regulamenta o exercício profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, em seu artigo 6º, alínea "b", o profissional que se incumbir de registrar sob a forma de ARTs atividades que extrapolem às atribuições discriminadas em seu registro, estará praticando exorbitância.

O Conselho adverte que todas as atividades registradas sob a forma de ARTs e identificadas como exorbitância de atribuições serão objeto de notificação/auto de infração. O profissional que infringir a referida Lei estará sujeito à multa, prevista no art. 73.

Atribuições - O Sistema Confea/Crea regulamenta e fiscaliza cerca de 300 profissões de nível superior e médio.

A partir dos currículos escolares dos cursos, as atribuições técnicas de cada profissional são definidas por leis, decretos federais, e resoluções do Confea. Entre elas, a Resolução nº 218, de 29 de Junho de 1973, que discrimina as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

A legislação completa está disponível em www.confea.org.br/normativos

Dúvidas - Para saber mais sobre o preenchimento de ART ou exorbitância de atribuições entre em contato pelos telefones: (27) 3134-0032 / 3134-0046 / 3134-0023 ou e-mail art@creaes.org.br.

Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos realiza palestra no Crea-ES

O Secretário Estadual Rodrigo Coelho apresentou um panorama de ações traçadas pelo governo

A Sessão Plenária do Crea-ES realizada dia 10 de maio contou com uma palestra do secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Coelho. Além de detalhar aspectos do "Novos Caminhos" - Plano Estratégico 2011-2014 do Governo do Espírito Santo, o secretário abordou temas caros à sua Secretaria como a inclusão de trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho capixaba.

"Este planejamento precisa ser verificado, de fato, como uma oportunidade para os trabalhadores e profissionais de todos os seguimentos. O documento traz informações importantes sobre temas como a responsabilidade ambiental; a governança democrática, que abre espaço para o debate efetivo e incisivo com o Governo do Estado; a gestão transparente; e a responsabilidade fiscal", exemplificou.

Na oportunidade, os conselheiros presentes puderam saber um pouco mais sobre as iniciativas planejadas pelo Governo do Engenheiro Renato Casagrande relacionadas às melhorias da gestão pública e valorização do servidor; produção do conhecimento, inovação e desenvolvimento; integração logística; atenção integral à saúde; desenvolvimento da infraestrutura urbana; prevenção e redução da criminalidade; desenvolvimento da educação, cultura, esporte e lazer; empregabilidade, proteção e participação social; distribuição dos frutos do progresso; e inserção nacional.

Ufes e Crea-ES firmam acordo de cooperação técnica

Em reunião realizada no dia 10 de maio, o então reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Rubens Sérgio Rasseli, e o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, assinaram um protocolo de intenções entre as duas instituições.

Estabelecer um programa de cooperação técnica e científica relacionados aos cursos de extensão e pós-graduação; à realização conjunta de trabalhos de pesquisa, seminários e outros eventos; à consultoria ou assessoria técnica; à prestação de serviços técnicos e ao desenvolvimento de projetos cooperativos estão entre os objetivos previstos no documento assinado.

O protocolo assinado entrará em vigor na data da sua publicação no diário Oficial da União e terá duração de dois anos, podendo ser prorrogado.

Crea-ES e Ufes poderão realizar trabalhos de pesquisas em conjunto

Notas

Aderes

O diretor presidente da Aderes - Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo, Pedro Rigo, esteve no Crea-ES, no dia 18 de abril, para reunião institucional com o presidente do Conselho, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti.

Entre os assuntos de pauta estavam a regularização de imóveis e de terrenos, a certificação do Gespública e a inclusão produtiva, além do desenvolvimento das pequenas e micro empresas.

Rigo demonstrou interesse em auxiliar todo o tipo de pequena produção, inclusive da área agronômica. "Nós queremos trabalhar para o desenvolvimento dessas pequenas produções. É foco da Aderes trabalhar com o desenvolvimento regional e local", afirmou.

Assin

O Crea-ES recebeu em sua sede, no dia 10 de maio, os membros representantes da Assin – Associação dos Servidores do Incaper – para uma reunião institucional com o presidente do Conselho, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti.

Durante o encontro foram apresentadas iniciativas da Assin para garantir a valorização dos servidores do Incaper. O objetivo desta associação é congregar e representar os associados para alcançar a valorização profissional.

Estiveram presentes na reunião com Fiorotti, o presidente do Sintaes, Téc. Agricola Antonio Carlos Balbino, o presidente da Assin, José Antonio Gomes, o vice-presidente da Assin, Edegar Antonio Formentine e o diretor da Assin, Téc. Em Agropecuária Dimas Piontkovsky.

Acemin

No dia 6 de junho, a Associação Capixaba de Engenheiros de Minas (Acemin) realizou reunião na sede do Crea-ES, com a participação do presidente do Conselho, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti.

Um dos objetivos da Acemin é contribuir para que o Crea-ES tenha uma Câmara de Geominas, devido a importância da mineração para o Espírito Santo, visto que os assuntos relacionados à mineração são discutidos numa câmara mista.

"Queremos também contribuir com o Crea-ES e com órgãos da Administração Pública em todos os níveis para o esclarecimento da profissão e defesa dos bens minerais que pertencem à União. A Acemin já possui mais de 40 associados", explica o presidente da entidade, Eng. de Minas Gilberto Freire Rangel.

CMDV

No último dia 1º de junho, o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, visitou o município de Linhares, com o objetivo de participar da assembleia para eleição dos novos representantes institucionais do Crea-ES para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) do município.

Os profissionais eleitos foram a Arquiteta e Urbanista Maria de Fátima Coelho Duarte para titular, e o Eng. Civil Vagner Mosquini para suplente.

Após indicação do Crea-ES, os novos representantes do CMDU serão designados por decreto, assinado pelo prefeito municipal de Linhares, Guerino Luiz Zanon.

Ibec

O presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, foi condecorado com medalha e certificado do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos (Ibec) na condição de "Engenheiro de Destaque Nacional 2011". A homenagem foi entregue pelo presidente da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE), Eng. Civil José Maria Cola dos Santos, a pedido do presidente do Ibec, Eng. Paulo Roberto Vilela Dias.

O prêmio foi anunciado no último dia 30 de maio, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, durante cerimônia comemorativa do Dia do Engenheiro de Custos e dos 33 anos do Ibec.

Sicoob Sul-Serrano

Com objetivo de estreitar laços e firmar parcerias, o Sicoob Sul-Serrano - Sistema de Cooperativas de Créditos do Brasil - realizou no dia 18 abril uma visita institucional ao Crea-ES.

A reunião aconteceu com o intuito de captar profissionais e empresas interessadas em concretizar parcerias com o Conselho e com o Sistema de Cooperativas, a fim de fortalecer ambas as instituições.

Participaram do encontro, o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti; o diretor presidente do Sicoob Sul-Serrano, Cleto Veturim; o gerente de Agência, Ericson Antonio Pizol; e o gerente de Negócios, Roberto Siqueira Pimentel.

1º Seminário de Gestão de Risco Geológico do Estado do Espírito Santo

Um dos eixos temáticos do evento será a definição dos níveis de alerta para escorregamento e inundação

Os recorrentes problemas relacionados a deflagração de movimentos gravitacionais de massa e processos de inundação em municípios do Estado do Espírito Santo, principalmente nos períodos de chuvas entre os meses de outubro e março, revelam a necessidade de se implantar ações para prevenção e redução de acidentes nas áreas de risco geológico-geotécnico.

Com o objetivo de discutir com os municípios do Espírito Santo políticas de gestão de risco, o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Sedurb, a Prefeitura Municipal de Vitória, por meio da Secretaria de Obras – Semob, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec, a Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental – ABGE, o Crea - ES e a Associação Capixaba de Geólogos estão organizando o 1º Seminário de Gestão de Risco Geológico do Estado do Espírito Santo, que acontecerá nos dias 10 e 11 de agosto do ano de 2011.

O evento terá como premissa ressaltar a necessidade de gestão adequada do risco geológico nos territórios municipais, englobando as etapas preventivas, e de atendimento emergencial, tendo-se como expectativa que os municípios se preparem adequadamente, para o enfrentamento dos problemas recorrentes durantes os períodos de chuvas.

Entre os eixos temáticos que serão abordados no evento pode-se destacar:

- Gestão de Riscos Ambientais: uma necessidade urgente na gestão das cidades do Espírito Santo.

- Mapeamento de áreas de risco geológico, suscetibilidade e planejamento urbano nas escalas adequadas.

- Organização das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil no Espírito Santo e panorama do risco geológico no Estado.

- Sistemas de monitoramento e previsão de tempo e clima.

- Definição dos níveis de alerta / alarme para escorregamento e inundação.

- Implantação de núcleos de defesa civil.

- Exemplos de sucesso de gestão de risco no Brasil: Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro.

As inscrições para o evento serão limitadas e se realizarão a partir do dia 11/07/2011, através dos seguintes contatos: (27) 3334-9925, (27) 3334-9918 cursoseeventos@creaes.org.br

Parceria entre o Crea-ES e o Governo do Estado é ampliada

Protocolo de intenções com a Secretaria de Estado da Educação tem sua vigência renovada

Assinado ainda no Governo Paulo Hartung, o protocolo de intenções entre o Crea-ES e a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) teve sua vigência prorrogada até junho de 2012. "Nossa parceria com a Sedu já rendeu bons frutos. Foram estabelecidas as condições necessárias que agilizaram os processos de aprovação de cursos técnicos de nível médio da rede pública de ensino do Estado, além de ter ampliado ainda mais a parceria entre o Governo e o Conselho, sempre em benefício da sociedade", explica o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti.

A assinatura do termo que prorroga o protocolo de intenções aconteceu no último dia 16/6 e contou com a presença do atual secretário de Estado da Educação, professor Klinger Marcos Barbosa Alves; do secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, professor Jadir Péla; da subsecretária de Estado da Educação, professora Adriana Sperandio; do presidente do Conselho Estadual de Educação, Artelirio Bolsanello; e da subgerente de Desenvolvimento da Educação Profissional da Sedu, professora Darling Suhett Barroso.

Jadir Péla, Klinger Barbosa e Luis Fiorotti

"O atual cenário econômico do Espírito Santo oferece muitas oportunidades para os jovens recém-formados. O Governo está empenhado em oferecer as melhores condições para que esta mão de obra demandada pelas empresas capixabas seja atendida por profissionais do nosso estado", enfatizou o secretário Klinger.

Entre outros itens, o protocolo prevê mais rapidez na aprovação de cursos técnicos

O presidente Fiorotti acrescentou que "ao oferecer condições profícuas para os egressos de cursos da área tecnológica mantidos pelo Governo do Estado, teremos como resultado a inclusão, cidadania e valorização profissional para estes recém-formados".

O Protocolo não implica na transferência de recursos por quaisquer dos partícipes. Cada uma das instituições arcará com suas despesas de qualquer espécie ou natureza. Pelo Crea-ES, participaram da reunião o gerente Institucional, Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca; a assessora e Eng. Civil Terezinha Lemos; e o consultor técnico e Arquiteto Kleber Brandão de Brandão.

Ao final da reunião, o secretário de Educação foi presenteado com medalha e livro alusivos aos 50 anos do Crea-ES.

Sinal amarelo para os **grandes** eventos

O Brasil já sai desfalcado na corrida contra o tempo para atender as demandas dos principais eventos esportivos de 2014 e 2016. O atraso nas obras dos espaços para a realização dos eventos soma-se a burocracia da 8.666/93

A participação do Brasil na Copa do Mundo 2014, Olimpíadas e Paraolímpiadas 2016 deu novo impulso aos debates no Congresso Nacional sobre as mudanças na Lei de Licitações (8.666/93), que regulamenta o procedimento administrativo para a contratação de serviços ou aquisição de produtos pela gestão pública.

No centro da questão estão alterações nas regras para as licitações das obras necessárias aos eventos esportivos, principalmente aeroportos e estádios. O tema, embora antigo, volta à tona, marcado por polêmicas e preocupações das entidades do setor.

Apesar de defenderem que a legislação precisa ser atualizada e aprimorada, empresas e profissionais da Engenharia não concordam com algumas regras definidas no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), que baseia a proposta do governo federal para garantir a agilidade das licitações em tempo hábil. Há preocupação quanto à falta de transparência nos processos, superfaturamento e comprometimento da qualidade das obras. O assunto tem pautado mobilizações em todo o País, com a interlocução do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).

Além de críticas a pontos que tratam da contratação pública, gerou forte reação a inclusão do regime especial em Medida Provisória (MP) que não tem relação com licitações ou obras públicas. Inicialmente, a proposta foi embutida na MP 521/20 que versa sobre o valor da bolsa de médicos residentes. Mas, sem acordo na Câmara dos Deputados, teve que ser retirada de pauta. A previsão é que a matéria volte em outra MP.

No contexto em que se apresenta, ao invés de oferecer agilidade e segurança às licitações, a proposta do Regime Diferenciado de Contratações pode colocar em risco os empreendimentos programados para atender aos eventos esportivos em questão, como defende a área de Engenharia. A mobilização do setor é no sentido de garantir que sejam rigorosamente cumpridos os princípios básicos da Lei de Licitações.

O Grupo de Trabalho criado pelo Ministério Público Federal (MPF) para acompanhar a aplicação de verbas públicas nas obras da Copa e Olimpíadas, considera o projeto inconstitucional. Já a União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar) acredita que o novo modelo resultará no encarecimento das obras.

Também se manifestou, em nota técnica, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, que avalia a proposta do RDC como inovadora e com potencial de gerar benefícios à Administração Pública, em termos de agilidade de construção e criatividade para identificar a solução mais adequada para cada tipo de empreendimento.

Por outro lado, também é o que introduz os maiores riscos para ocorrência de sobrepreços. O documento sugere mudanças ao Projeto de Lei de Conversão que institui o regime e aponta ausência de sentido em restringi-lo aos investimentos relacionados aos eventos esportivos.

O consultor Romiro Ribeiro entende ainda que se o RDC vem para modernizar e atualizar o processo de licitação pública, deve se estender a todas as compras e execução de obras de engenharia. "Além disso, a restrição pode trazer dificuldades operacionais que nem sempre serão de fácil equacionamento ou compreensão", pontuou no documento.

A justificativa do governo federal é que o regime especial se vale de normas positivas vigentes sem comprometer a fiscalização, surgindo como uma alternativa à Lei de Licitações, que tem se mostrado pouco eficaz.

O presidente do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES) Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, faz coro à necessidade de se modificar a lei em vigor que disciplina as contratações. Mas também demonstra preocupação a respeito das consequências do RDC para o setor de Engenharia. Segundo ele, o Congresso Nacional deve atentar para o debate, corrigindo possíveis erros e determinando limites.

A Lei de Licitações, para Fiorotti, esbarra na burocracia, o que atravanca o desenvolvimento. O presidente do Conselho lembra o caso do terremoto no Japão, onde um grande trecho de uma rodovia totalmente comprometida foi recuperado em seis dias.

"Não conseguiríamos a proeza no Brasil. E não é por falta de equipamentos, recursos ou profissionais qualificados. Aqui, obra semelhante, numa análise otimista, tomaria no mínimo seis meses para ser executada", ressaltou.

Na avaliação de Fiorotti, a Lei de Licitações impede, por exemplo, o atendimento rápido e adequado em situações cada vez mais comuns. Mais do que isso, dificulta e prolonga o tempo para execução de ações preventivas. Para ele, a legislação não acompanha os avanços tecnológicos.

"Temos que adotar para o nosso tempo, uma legislação moderna, avançada e, sobretudo fácil de lidar. O Brasil é considerado a estrela entre os países emergentes do mundo e tem ótimas perspectivas de futuro. Mas só será possível crescer se houver investimentos incisivos em infraestrutura", defendeu o presidente do Crea-ES.

Flexibilização pautados em grupos de trabalho

Para o vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo (Sinduscon-ES), Paulo Alexandre Baraona, o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) é necessário, mas se não for bem pensado, pode gerar desequilíbrio entre determinados grupos de obras, criando situações diferenciadas.

Integrante da Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), ele afirma que há receio quanto ao regime especial e que este não atende à demanda do setor para alteração da lei, por se tratar especificamente de uma situação de emergência. "Defendemos a reforma definitiva da lei, adaptada à realidade atual", enfatizou.

Paulo Baraona, Sinduscon-ES

Baraona destacou que uma legislação adequada deve permitir que empresas participem de licitações dentro da legalidade e que o governo contrate obras de qualidade. Hoje, a 8666/93 contrata basicamente pelo menor preço, o que no entender dele não tem sido a melhor opção. "A lógica é a mesma do consumidor, quando adquire um produto. A busca é por qualidade, não pelo mais barato", comparou.

O resultado disso, segundo o vice-presidente do Sinduscon-ES, é que muitas vezes as empresas que oferecem preços abaixo do mercado, e são portanto contratadas, não conseguem terminar as obras. Somado às brechas existentes na Lei de Licitações, trava-se uma batalha judicial e as licitações atrasam, prejudicando todo o processo.

Na opinião de Baraona, a modificação da legislação em vigor tem que ser estudada junto a entidades representativas do setor, para evitar distorções, sem que seja puro e simplesmente fazer um remendo. Ele cita como alternativas modelos aplicados nos Estados Unidos e Europa.

Aeroporto de Vitória

Na tentativa de resolver o problema das obras do Aeroporto Eurico Salles, em Vitória, paralisadas há cinco anos, o senador Ricardo Ferraço solicitou à presidente Dilma Rousseff, no mês passado, que inclua as obras do aeroporto de Vitória no Regime Diferenciado de Contratações Públicas, para que recebam o mesmo tratamento dispensando aos demais aeroportos das cidades que serão sede dos eventos esportivos.

Em pronunciamento no Senado, Ferraço se mostrou indignado pela ausência de soluções em resolver o problema e em relação à ruptura do convênio feito entre o Exército e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) para a reforma. Ele alerta que o aeroporto de Vitória é o que está em piores condições no País.

As obras foram paralisadas após o Tribunal de Contas da União (TCU) detectar indícios de superfaturamento em valores pagos às empreiteiras locais que foram subcontratadas para a empreitada.

Ferraço e o governador do Estado, Engenheiro Renato Casagrande, apresentaram proposta à presidente Dilma Rousseff de estadualização das obras. Mas o pedido foi negado, sob a justificativa de abrir precedentes a outros estados. Dilma, entretanto, garantiu que as obras serão concluídas.

Procurador Geral do Ministério Público Especial de Contas, Domingos Augusto Taufner

Desde o ano passado, o Espírito Santo conta com o Ministério Público Especial de Contas, instituição com ofício junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). À frente da nova função está o procurador geral Domingos Augusto Taufner, com formação em Direito e Engenharia Mecânica. Nesta entrevista, ele discorre sobre temas que envolvem a fiscalização e as contratações na administração pública, a Lei de Licitações - em debate no Congresso Nacional, o papel do MP de Contas e os efeitos para a gestão pública do mau uso do dinheiro público.

1) Diante da necessidade de facilitar a contratação de obras de infraestrutura para a Copa de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, o Congresso Nacional reascendeu os debates sobre a flexibilização da Lei de Licitações (8.666/93). Qual é a opinião do procurador sobre a legislação que regulamenta a atuação da administração pública e dita normas para os processos licitatórios?

O dever de licitar origina-se da própria Constituição Federal (art. 37 XXI) estando regulamentado pela Lei 8.666/93. Visa proporcionar para a administração pública a proposta mais vantajosa (não somente a mais barata, mas aquela que congregue qualidade e melhor preço) no momento de contratar obras, serviços e compras, bem como nas alienações. As modalidades de licitação são as seguintes: o convite, a tomada de preços, a concorrência pública, o leilão e o concurso. Além disso, a Lei 10.520 de 2002 trouxe o "pregão" como uma nova modalidade e que tem demonstrado ser mais ágil. Entretanto, a lei de licitações está desatualizada, pois foi editada em 1993, bem antes da revolução tecnológica ocorrida a partir da segunda metade da década de 1990.

2) As medidas em questão serão incluídas pelo governo federal no que se convencionou de Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e valem somente para tais eventos esportivos. Apesar de considerar a iniciativa necessária, setores da área manifestam preocupação quanto à administração do conjunto dos gastos. Quais seriam os efeitos para a gestão pública do comprometimento de recursos de maneira ineficiente?

O mau uso do dinheiro público tem consequências desastrosas para a sociedade como um todo, principalmente os setores mais discriminados (negros, pobres, indígenas, moradores das periferias etc.). Obras e serviços públicos deixam de ser prestados causando prejuízo à população. Além disso, o mau uso do dinheiro público, acompanhado da execução ineficiente de obras públicas, tem o potencial de causar danos irreversíveis para o meio ambiente, prejudicando a qualidade de vida de todos.

Entretanto, em alguns casos a própria legislação permite que determinados procedimentos sejam abreviados com a finalidade de facilitar determinadas compras ou a execução de obras e serviços, tendo em vista um motivo justo. São os casos de inexigibilidade (a licitação não é possível) e de dispensa (a lei enumera os casos em que a licitação é dispensável), sendo que agora está sendo proposto o Regime Diferenciado de Contratações Públicas para dar mais celeridade à execução de obras e serviços voltados para os eventos esportivos. Este último regime é nitidamente voltado para a próxima copa do mundo e olimpíadas, que serão realizadas no Brasil. O melhor caminho não é vedar as possibilidades legais que proporcionam celeridade às contratações feitas pelo poder público. Caso sejam utilizadas dentro dos limites permitidos e com ética, possibilitam maior eficiência na prestação dos serviços públicos à coletividade.

De qualquer forma, é importante que esses casos sejam fiscalizados com mais rigor pelos órgãos de controle. E a própria sociedade pode acompanhar melhor esses serviços para que faça as denúncias necessárias. Ao mesmo tempo que as exceções à regra de licitar podem proporcionar maior eficiência, também podem causar casos graves de desvios de recursos públicos.

3) O governo federal também propôs incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) alterações que diminuem o poder de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU). Como o procurador avalia o papel do tribunal e o que significaria, em sua opinião, essa redução?

As funções dos Tribunais de Contas, seja o TCU ou os TCE (Tribunais de Contas dos Estados) ou os TCM (Tribunais de Contas dos Municípios) estão previstos nos artigos 70 a 75 da CF, bem como em suas leis orgânicas. É um órgão de caráter técnico, muito embora também tenha uma composição com origem política, com um papel fundamental na fiscalização dos gastos públicos. Portanto, não está correta qualquer medida que retire dos tribunais de contas o seu poder fiscalizatório. Isso não quer dizer que o Tribunal de Contas seja infalível, pois os seus pareceres (no caso de julgamento do Chefe do Executivo) devem ser confirmados ou não pelo

Poder Legislativo. Já as suas decisões (sobre as demais autoridades responsáveis por dinheiro público) podem ser derrubadas pelo Poder Judiciário.

4) Setores como entidades da construção civil e da área tecnológica há anos defendem que a Lei de Licitações seja reformada, citando inclusive alternativas já aplicadas em outros países. Para o procurador, o que impede que essas adequações ocorram de maneira definitiva?

No Brasil, o Poder Legislativo é muito lento para promover alterações legislativas. No âmbito federal isso é ainda mais complicado, pois se trata de um sistema bicameral (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e um projeto de lei tem um trâmite mais longo. O tema é polêmico, pois as regras de licitações regulam a disputa por grandes obras e serviços e qualquer alteração pode prejudicar o interesse de algum grupo.

5) Como atua o Ministério Público Especial de Contas no Espírito Santo e quais os principais tipos de denúncias apresentadas?

O Ministério Público de Contas (MPC) é algo novo no Estado do Espírito Santo, pois foi instalado em março de 2010. Antes disso quem atuava no Tribunal de Contas do Espírito Santo eram os Procuradores de Justiça (segundo grau do Ministério Público Estadual). O MPC tem seu fundamento no art. 130 da CF e nos dispositivos legais que o regulam.

A função que mais absorve os membros do MPC é a emissão de parecer nos processos que vão a julgamento pelo plenário do TCES. Nessa atribuição, o MPC atua como fiscal da lei. Também o MPC pode apresentar recursos em processos julgados pelo TCES bem como apresentar denúncias, fazer representações etc. O MPC tem atuado fazendo denúncias contra irregularidades na administração pública: fraude em licitações, contratações temporárias irregulares, falta de prestação de contas da aplicação de recursos em educação etc.

Outro ponto que marcará a atuação do MPC é um movimento em nível nacional, que será lançado no final de junho deste ano, em favor da ACESSIBILIDADE TOTAL. O MPC quer inserir o item "cumprimento das regras da ABNT quanto à acessibilidade" na agenda permanente de verificação das equipes de fiscalização na análise dos procedimentos licitatórios e no acompanhamento da execução das reformas, ampliação ou construções de prédios públicos, considerando seus reflexos no exame da legalidade, legitimidade e economicidade dos empreendimentos.

6) A partir do segundo semestre deste ano, o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCEES) começará a realizar auditoria ambiental em contratos públicos. Um dos pontos em discussão na Lei de Licitações versa exatamente sobre esse setor, ao propor que obras e serviços somente sejam licitados se existir licença prévia ambiental, quando cabível. Assim como que a madeira usada seja oriunda de reflorestamento ou de plano de manejo florestal sustentável aprovado por órgão competente. Essa é uma tendência em todo o País?

A questão ambiental é algo que está na pauta dos dias atuais, diferente das décadas anteriores em que essa preocupação era restrita somente a grupos ambientalistas. Hoje existe uma consciência maior, embora infelizmente ainda tenhamos grandes empresas poluidoras no Brasil e no exterior. É importante que o meio ambiente seja defendido em todas as frentes, não somente pelas organizações ambientais e o Tribunal de Contas pode ter uma função importante nesse setor, pois fiscaliza anualmente as entidades e órgãos do poder público. Tanto na lei de licitações quanto nos planos de auditoria dos Tribunais de Contas devem ser incluídas exigências no sentido de garantir o cumprimento dos princípios ambientais. Exigir em obras públicas o uso de madeira sustentável, bem como a implementação de coleta seletiva de lixo, dentre outras medidas, terá como consequência um maior respeito ao meio ambiente. E, havendo exigência legal, dificultaria que empresas tivessem ganhos econômicos ao desrespeitar o meio ambiente.

7) Como o procurador avalia a importância dos profissionais da área tecnológica na participação dos processos de contratações públicas?

O profissional da área tecnológica é importante nos processos de contratações públicas em suas várias fases. E essa participação não fica restrita apenas ao trabalho em empresas de construção civil ou de outros serviços da área tecnológica. Ele pode trabalhar no setor público onde irá assessorar a elaboração de editais de licitações, bem como fiscalizar a execução de obras e serviços públicos. Também poderá ter atuação nos órgãos de controle (os Tribunais de Contas têm muitos engenheiros em seus quadros) ou também como perito quando da disputa judicial envolvendo processos de obras e serviços.

Nesse processo de contratação e execução de obras e serviços públicos, os profissionais deverão utilizar eticamente todos os seus conhecimentos com o objetivo de que as obras e serviços sejam feitas com a maior eficiência, além do respeito ao meio ambiente, garantindo com isso o atendimento do interesse público. É bem amplo o espectro de atuação dos profissionais da área tecnológica e, por isso, os mesmos devem ser valorizados, seja com boa remuneração, seja com condições de trabalho e de qualificação.

8) Em abril deste ano, o Crea-ES apresentou minuta de termo de cooperação técnica ao Tribunal de Contas do Estado, com o objetivo de ampliar a parceria entre as duas instituições. De que maneira o Conselho e o Tribunal podem atuar em conjunto na implementação de procedimentos para a fiscalização de obras públicas?

O Crea-ES é uma entidade de controle da atividade profissional e o TCE-ES controla o uso do dinheiro público. Na realidade são duas instituições voltadas para a fiscalização sendo que a cooperação ajudará muito para que cada uma tenha mais eficiência em seu trabalho. No tocante à fiscalização de obras públicas é o ponto que mais aproxima as duas instituições. A viabilização do acesso a informações dos sistemas informatizados com troca de dados, a fiscalização conjunta onde couber, a realização de eventos, a capacitação dos técnicos, o incentivo à ocupação de cargos técnicos por profissionais registrados no Crea-ES, a criação de um canal permanente de comunicação, dentre outras ações, resultarão num processo de fiscalização mais efetiva das obras públicas.

9) Além de bacharel em Direito, o procurador é profissional registrado no Crea-ES, com o título de Engenheiro Mecânico. Fale um pouco de como o procurador avalia a importância do Conselho para os profissionais do setor.

O Crea-ES tem a sua função precípua de atuar como entidade reguladora da atividade profissional dos engenheiros, arquitetos, agrônomos e técnicos. Nisso ele garante segurança para o cidadão, que tem serviços prestados por empresas que contratam esses profissionais e evita que pessoas desqualificadas ocupem indevidamente postos de trabalho o que causaria riscos. Além de fiscalizar o exercício da profissão, o Crea-ES atua defendendo as prerrogativas dos engenheiros, especialmente remuneração justa e boas condições de trabalho. Embora esta também seja uma função de caráter mais sindical, a atuação do Crea-ES não vem para substituir as funções dos sindicatos que representam a categoria, mas é mais um aliado para garantir os direitos.

Há de se ressaltar também a atuação social do Crea-ES. Quando defende a ética, o bom exercício profissional, o meio ambiente etc. não está defendendo apenas para os profissionais que representa e fiscaliza, mas sim para a sociedade como um todo.

Valorização profissional em debate nos 30 anos do Senge-ES

Durante uma semana, cerca de 200 profissionais e estudantes de Engenharia, Arquitetura e Agronomia participaram do I Ciclo de Palestras – Desenvolvimento e Valorização Profissional, organizado pelo Sindicato dos Engenheiros no estado do Espírito Santo (Senge-ES).

O evento teve início no dia 30 de maio, no auditório da Rede Gazeta, onde o Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, Engenheiro Fábio Damasceno, apresentou palestra sobre os estudos e projetos que visam melhorar a questão da mobilidade urbana na região metropolitana da Grande Vitória. Entre considerações a respeito de ciclovias e da reativação do sistema aquaviário, Damasceno destacou o projeto de corredores exclusivos de transporte que citou como sendo um caminho natural para o sistema Transcol já implantado atualmente. Nesta mesma noite a Ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, falou sobre a participação da mulher no mercado de trabalho.

O segundo dia de palestras foi realizado no dia 1º de junho e aberto com a apresentação do Gerente de Planejamento e Gestão da Petrobras no estado, Engenheiro Guido Bassoli, que fez uma explanação a respeito dos investimentos no setor de petróleo e gás, uma área que vem em constante crescimento e abrindo cada vez mais vagas de empregos para os profissionais capixabas.

A segunda palestra do dia ficou por conta do vice-governador Givaldo Vieira, que mostrou aos participantes o bom momento pelo qual passam nossas indústrias, que estão crescendo num índice acima da média nacional, as oportunidades que existem no estado de forma geral e as possíveis alternativas de investimentos para os próximos anos no Espírito Santo. Tanto a apresentação de Givaldo quanto a de Bassoli trazem boas expectativas principalmente para os novos profissionais que estarão saindo das faculdades e entrando no mercado de trabalho nos próximos anos.

No dia 3 de junho aconteceu o último dia de palestras. O presidente do Confea, Eng. Marcos Túlio de Melo e o presidente do Crea-PR, Eng. Álvaro Cabrini Junior, deram uma atualizada nos assuntos de interesse profissional, como a adoção do Salário Mínimo Profissional nos estados e prefeituras municipais e a participação das engenharias nos projetos públicos. Este dia contou ainda com a presença do presidente do Crea-ES, Eng. Civil Luis Fiorotti e o presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt, que prestigiaram os palestrantes.

Ainda no teor das discussões, o presidente do Senge-ES, Engenheiro Sebastião da Silveira, pediu que o Governo cumpra seu papel social na implantação de uma versão estadual da Lei 11.888, conhecida como o "SUS da Engenharia e Arquitetura", que prevê a elaboração e execução de projetos através de profissionais de engenharia e arquitetura com repasses integrais da União para esses entes federativos.

Ao fim das palestras o Senge-ES realizou uma homenagem a quinze profissionais que marcaram a história do Sindicato e da Engenharia no Espírito Santo como um todo.

Finalizando a semana de comemorações, no sábado foi realizado um grande churrasco de confraternização, no Clube Álvares Cabral, do qual participaram aproximadamente mil pessoas, entre profissionais, estudantes e convidados. Houve o sorteio de vários brindes, concluindo com a realização do bingo de um automóvel zero Km, conquistado pelo funcionário da Cesan, o Eng. Ronaldo Paes Moure.

CREA-ES

Unimed Vitória

ANS – 29.729-1

Planos Coletivos por Adesão - Unimed Vitória. Mais benefícios. Mais tranquilidade para todos.

CREA-ES E UNIMED. *Benefícios para você viver tranquilo. Vantagens para toda a sua vida. Isso inclui sua família.*

FAIXA ETÁRIA	FÁCIL PARTICIPATIVO	PARTICIPATIVO ESTADUAL	
	Quarto Coletivo	Q. Coletivo	Q. Privado
00 a 18	42,04	48,29	66,19
19 a 23	47,10	54,10	74,15
24 a 28	54,16	62,22	85,26
29 a 33	59,57	68,43	93,79
34 a 38	70,29	80,75	110,67
39 a 43	80,81	92,87	127,27
44 a 48	105,09	120,73	165,47
49 a 53	139,61	156,95	215,10
54 a 58	183,06	210,30	288,24
Acima de 59	250 80	288 11	394 88

FAIXA ETÁRIA	PARTICIPATIVO NACIONAL		VITORIAMED	
	Q. Coletivo	Q. Privado	Q. Coletivo	Q. Privado
00 a 18	54,23	78,65	112,50	140,06
19 a 23	60,73	88,07	125,99	156,86
24 a 28	69,84	101,29	144,90	180,40
29 a 33	76,83	111,42	159,38	198,44
34 a 38	90,67	131,48	188,08	234,15
39 a 43	104,26	151,20	216,28	269,28
44 a 48	135,53	196,55	281,17	350,07
49 a 53	176,20	255,53	365,52	455,08
54 a 58	236,11	342,40	489,80	609,81
Acima de 59	323,47	469,09	671,03	835,44

OPCIONAL
REMOÇÃO UNIMED (SOS)
R$ 5,25 por usuário.

Planos a partir de R$ 42,04 | *Valor referente à faixa etária de 0 a 18 anos no quarto coletivo, Plano Fácil Participativo. Próximo reajuste da tabela em 01/2012. Consulte as condições contratuais para maiores informações.*

Planos regulamentados pela lei 9656 / 98 com todas as coberturas garantidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

CARÊNCIAS CONTRATUAIS: 24 horas: Emergências e urgências / Acidentes Pessoais; 10 dias: Consultas, Análises Clínicas e RX simples; 60 dias: Exames Diagnósticos / Radiológicos Contratado; 120 dias: Procedimentos de Diagnose / Internações Clínicas; 180 dias: Ressonância Nuclear Magnética, Tratamento e Internações Cirúrgicas, Internações Psiquiátricas e Dependência Química, assim como hospital / dia psiquiátrico, Cirurgia Cardíaca, procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica, Transplante de rim e córnea; 300 dias: partos e termo.

LIGUE PARA A CORRETORA E CONHEÇA OS BENEFÍCIOS:
(27) 3211.5500

NEM TODA CONSTRUÇÃO TORTA VIRA CARTÃO POSTAL

CONTRATE ENGENHEIRO E ARQUITETO REGISTRADO

Os profissionais registrados no Crea-ES trabalham diariamente para proporcionar uma vida melhor para os cidadãos capixabas.
Na hora de construir ou reformar lembre-se que seus projetos e sua obra devem ser executados por profissionais habilitados. Agindo assim, você cumpre a Lei e garante economia, segurança e qualidade a sua construção.

ISO 9001:2008
FS 509751

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo

Se tem, é legal!

www.creaes.org.br